

Discussões sobre desindexação

GAZETA MERCANTIL

por Leticia Borges
de Brasília

* 5 JUL 1995

O relator da Medida Provisória da desindexação, senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), já tem todo um cronograma de trabalho para o mês de julho: pretende ouvir representantes do governo, de trabalhadores e empresários e até apresentar um relatório preliminar. Tudo, porém, em caráter informal, já que o Congresso está em recessão. O PFL, porém, que ocupa a presidência da comissão mista que analisa a MP, enquanto defende mudanças no texto, avisa que é contra o debate no mês de julho.

“A MP não é perfeita nem acabada, certamente sofrerá alterações, mas a discussão informal pode ser ruim por causa da complexidade da medida e por não estabelecer o contraditório”, defendeu o líder no PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE). Ontem, ele substituiu o presidente da comissão: por problemas familiares, José Jorge (PE) deu lugar a Efraim Moraes

(PB). Coutinho Jorge, porém, garantiu a parlamentares opositoristas que o procuraram ontem que vai fazer reuniões “de qualquer maneira”. Durante esta semana, ele vai aguardar e, depois, analisar as emendas que serão apresentadas pelos parlamentares. Na próxima, quer ouvir partidos, deputados e senadores que queiram defender suas emendas, centrais sindicais, empresários e governo.

RELATOR QUER MUDAR MP

Para o relator, “a tese da MP é correta e o gradualismo que ela prevê, necessário”. Ele disse, porém, que cada item da medida tem desdobramentos e o governo precisa explicitá-los. Coutinho Jorge disse que pretende apresentar uma alternativa politicamente viável e tecnicamente possível, aprimorando a proposta original.

Tanto o relator quanto os líderes e os demais parlamentares estão convencidos que o governo já vai

apresentar algumas mudanças quando reeditar a MP, em 30 de julho, antes, portanto, que o Congresso retome seus trabalhos. O líder do PSDB, José Aníbal (SP), concorda que o governo precisa explicitar alguns pontos confusos como, por exemplo, com relação à proibição de concessão de aumento a título de produtividade. Aníbal sugere ao governo que conceda o IPC-r de maio e junho para o salário mínimo que seria elevado para R\$ 104,00).

O PROBLEMA DA PRODUTIVIDADE

Inocêncio Oliveira também questiona o artigo 13, que trata da produtividade e do desconto de aumentos concedidos. “Antecipações podem ser descontadas, mas aumentos, não”, defende. Ele entende ainda que o governo precisa esclarecer melhor a figura do mediador, entre outras questões. Em geral, são pontos que as oposições também vêm contestando, até

mesmo na Justiça. A senadora Júnia Marise (PDT-MG) apresentou também emenda à medida provisória da desindexação, que procura estabelecer um critério de produtividade para o funcionalismo público civil e militar, a partir de 1º de janeiro de 1996, com base no mesmo percentual, se positivo, da taxa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), medido no ano anterior (no caso, 1995), informa a Agência Brasil.

A EMENDA DE JÚNIA MARISE

Na justificativa a sua emenda, a senadora Júnia Marise argumenta que “diante da impossibilidade de se aferir ganhos de produtividade para o funcionalismo público, consideramos o critério de aumentos reais de acordo com a variação do PIB o mais adequado, de vez que condiciona o aumento real ao crescimento da arrecadação, decorrente do próprio crescimento do PIB”.